



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

### UM ESTUDO SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Glauber Barros Alves Costa\*  
(UFS)

Nayara Alves de Oliveira\*\*  
(UFS)

#### RESUMO

O presente artigo propõe analisar a história do ensino superior no Brasil. O objetivo central é compreender o processo de surgimento dos primeiros cursos e das primeiras instituições superiores no país, a partir de pesquisas em obras que abordam essa temática. Para tal, foi desenvolvida exclusivamente uma análise (bibliográfica) de livros da História da Educação. Diante da pesquisa, foi possível verificar que o ensino superior surgiu no Brasil no período colonial, através de cursos de Filosofia e Teologia oferecidos pelos jesuítas. No entanto, as primeiras universidades brasileiras surgem somente após o período republicano.

**PALAVRAS-CHAVE:** História; Educação; Historiografia; Ensino superior; Brasil.

#### INTRODUÇÃO

O presente artigo busca analisar a história do ensino superior no Brasil. O objetivo principal é de compreender o processo de criação e instalação dos primeiros cursos e instituições desse nível de ensino, no campo educacional.

---

\*Mestrando em Educação pela UFS. E-mail: glauberbarros@hotmail.com.

\*\*Mestranda em Educação pela UFS. E-mail: naalves10@hotmail.com.



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

Propõe-se a discutir a formação da Educação superior no Brasil, discutindo os seus antecedentes históricos, e como as famílias buscavam a instrução para seus filhos antes do surgimento das primeiras universidades, até a chegada da família portuguesa ao Brasil e o início do Ensino Superior no país. Entendendo como se dá esse processo e como a chegada da família irá se constituir em um marco histórico relevante para o desenvolvimento educacional e científico do país.

Para tal análise, foi necessário desenvolver uma pesquisa exclusivamente bibliográfica. Nesse sentido, foram utilizadas obras da História da Educação Brasileira que apresentam informações referentes à temática analisada nesse estudo.

O referencial teórico utilizado constituiu-se principalmente em estudiosos do ensino superior no Brasil, tendo em Cunha (2000), Fávero (2000), Oliven (2002), Teixeira (1989), Paim (1981) e Chagas (1976) seus principais representantes.

O recorte temporal desse trabalho compreende o período em que foram encontrados os primeiros registros acerca da criação de cursos superiores no Brasil ao momento de efetiva consolidação do ensino superior, com a instalação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920.

Torna-se necessário ressaltar que o estudo é uma pesquisa na área da História da Educação e foi realizada de acordo com os pressupostos teórico-metodológicos da Nova História francesa, mais precisamente da História Cultural.

### **A Sociedade colonial e a necessidade do ensino superior**

Para entender como surge a educação superior no país no Século XIX, é necessário discutir como ocorria a preocupação da sociedade brasileira daquele período com a formação dos seus filhos.



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

Muito diferente das Américas Espanhola e Inglesa, que desde o período colonial tiveram acesso ao ensino superior, o Brasil teve que esperar o final do século XIX para ver surgir as primeiras instituições culturais e científicas deste nível, quando da vinda da Família Imperial ao país.

Isso aconteceu, pois os interesses de Portugal para com a sua colônia eram bem definidos, pois a metrópole só desejava desse espaço o uso estratégico, e os acordos que lhe trouxessem riquezas, instruir a população não era a prioridade. Durante trezentos anos, as únicas iniciativas na área de educação partiram dos jesuítas, mais voltados para a catequese religiosa. Os clérigos, os representantes da Coroa e os filhos dos grandes latifundiários tinham que ir à Europa para obter formação universitária, tendo sua grande maioria se deslocado para Coimbra.

Os filhos de parte da sociedade que tinha condições financeiras enviavam seus filhos para a Europa onde lá deveriam dar continuidade aos estudos, se profissionalizando.

Em seu livro “Minas Patriarcal - Família e Sociedade”, Brugger (2007), relata: “A preocupação com a educação dos filhos não parece estar ligada apenas a uma questão de sucesso ou crescimento pessoal, mas um projeto que deveria atender aos interesses familiares” (p.157).

Ou seja, fica claro que para esta sociedade a educação era importante, e de interesse da família, e que para isso, por mais que custassem muito, os filhos deveriam se deslocar para a Europa para ter a educação que atendesse aos interesses dos familiares. Sendo que muitas vezes, a decisão de enviar um filho para Coimbra para estudar, era muito mais um interesse da família do que por vezes, do próprio estudante.



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

Muitas famílias brasileiras desse período viviam esse dilema de enviar sua prole, para Portugal para que estes tivessem acesso à profissionalização pelo ensino superior.

No período colonial, existiam no Brasil apenas cursos superiores de Filosofia e Teologia oferecidos pelos jesuítas, pois o governo de Portugal impedia o desenvolvimento do ensino superior nas suas colônias, temendo que esses estudos pudessem contribuir com os movimentos de independência. Nesse sentido, Lopes (2000) afirma que,

(...) da Colônia à República, houve grande resistência à idéia de criação de universidades no país; mais de duas dezenas de propostas e projetos foram apresentados e não lograram êxito. A resistência às tentativas de fundação de universidades no Brasil proveio da coroa de Portugal à época do Brasil - Colônia e de brasileiros que pensavam que as elites deveriam ir para a Europa, a fim de educar-se e lá realizar seus estudos superiores. A universidade de Coimbra era a preferida (LOPES In FÁVERO, 2000, p. 9).

Segundo Azevedo (1996) o tipo de educação adotado pelos jesuítas parecia satisfazer às necessidades e as exigências elementares da sociedade daquele tempo. Mantendo-se quase exclusivamente eclesiástico, o ensino tradicional foi transferido para gerações posteriores de padres seculares, frades, franciscanos e carmelitas, seus naturais continuadores, como porções mais letradas da sociedade colonial. (p. 546). Mas essa necessidade se dava apenas para aqueles que não tinham recursos para enviar os seus filhos para Portugal.

Para Vasconcelos (2005) a educação e a instrução do século XIX também eram oferecidas por integrantes da Igreja Católica. Segundo ela, as “Aulas domésticas – eram aulas ministradas no espaço da própria casa, por membros da família (...) ou



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

até mesmo pelo padre capelão que não tinham custo algum e atendiam apenas as crianças daquela família ou parentela.” (p. 12-13)

Antes da chegada da Família Imperial no Brasil, aconteceram algumas iniciativas isoladas como, o curso superior de Engenharia Militar no Rio de Janeiro, que surgiu no final do século XVII, mas propostas como essa não podem ser consideradas como o ingresso do Brasil no ensino superior já que, para todos os efeitos, era um estabelecimento português.

### **A chegada da família Real ao Brasil**

Com a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, fugindo das tropas napoleônicas, que invadiam o território Português, a Educação no Superior no Brasil depois de três séculos, irá dar seus primeiros passos.

Quando chegou na Bahia, Dom João VI, então Príncipe Regente, recebeu a solicitação dos comerciantes locais no sentido de ser criada uma universidade no Brasil; para tanto, dispunham-se a colaborar com uma significativa ajuda financeira. Em vez de universidade, Salvador passou a sediar o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia. Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, foram criados, nessa cidade, uma Escola de Cirurgia, além de Academias Militares e a Escola de Belas Artes, bem como o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico (SOARES, 2002, p.25).

Pelo que descreve a autora, vê-se que a chegada da Coroa ao Brasil, irá delinear uma nova conjuntura para a educação como um todo. Os novos instrumentos institucionais que serão construídos nesse período garantirão à Educação Superior no país um suporte necessário para o ensino das primeiras profissões a partir das cátedras no Brasil.



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

Com a vinda da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro, a partir de 1808, o ensino superior passou a existir em instituições formais, inicialmente oferecendo cursos de Cirurgia e Anatomia (mediante cátedras localizadas respectivamente em Salvador e no Rio de Janeiro, criadas em 1808). Posteriormente, foram criados o curso de Engenharia (por meio da Academia Real Militar também situada no Rio, criada em 1810), o curso de Agricultura em 1814 e a Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura em 1816. (Cf. CUNHA, 1986)

Diferente de algumas interpretações de Cunha (1986), principalmente no que se refere a datas, Azevedo (1996) afirma que com a chegada da Família Real no Brasil,

[...] de D. João VI ou de seus conselheiros que, criando escolas, visavam antes de tudo as formações especializadas e a preparação de um pessoal capaz de atender ao serviço público. Sobre as ruínas do velho sistema colonial, limitou-se D. João VI a criar escolas especiais, montadas com o fim de satisfazer o mais depressa possível e com menos despesas a tal ou qual necessidade do meio a que se transportou a corte portuguesa. Era preciso, antes de mais nada, prover à defesa militar da Colônia formar para isso oficiais e engenheiros, civis e militares: duas escolas vieram atender a essa necessidade fundamental, criando-se em 1808 a Academia de Marinha e, em 1810, a Academia Real Militar, com oito anos de curso. Eram necessários médicos e cirurgiões para o Exército e a Marinha: criaram-se então em 1808, na Bahia, o curso de cirurgia que se instalou o Hospital Militar e, no Rio de Janeiro, os cursos de anatomia e de cirurgia a que se acrescentaram, em 1809, os de medicina, e que ampliados em 1813, constituíram com os da Bahia, equiparados aos do Rio, as origens do ensino médico no Brasil. Não eram menos necessários homens instruídos e técnicos em economia, agricultura e indústria: fundaram-se, na Bahia, a cadeira de economia em 1808, o curso de agricultura em 1812, o de química em 1817, e desenho técnico em 181, e, no Rio de Janeiro, o laboratório de química (1812) e o curso de agricultura (1814) [...] (AZEVEDO, 1996, p. 552).

Como fica claro pelas afirmações de Azevedo (1996), a educação no Brasil, ganha impulso com a chegada da Família Real, é claro que isso somente aconteceu a



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

partir da necessidade dos portugueses, que vieram junto com a Coroa, e necessitavam da educação superior para seus filhos, mas foi a partir dessa necessidade que as primeiras instituições de ensino superior surgem, com um caráter restringindo apenas ao ensino, a pesquisa ainda não era considerada neste primeiro momento.

No Brasil Império, o ensino superior desenvolveu-se muito lentamente, pois seguia o modelo de formação dos profissionais liberais em faculdades isoladas, e visava assegurar um diploma profissional com direito a ocupar postos privilegiados em um mercado de trabalho restrito, já que o modelo econômico da época (agro exportador) não necessitava de profissionais com formação superior. Segundo Teixeira (1969) até o final do século XIX existia apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes. Com relação à criação de universidades, Fávero (2000) destaca que:

No Império ainda, outras tentativas de criação de universidades foram feitas, mas todas sem êxito. A última delas foi apresentada pelo próprio Imperador, que, em sua última Fala do Trono (1889), propõe a criação de duas universidades, uma no Norte e outra no Sul do País, “que constituíssem centros de alta organização científica e literária, de onde partisse o impulso vigoroso e harmônico de que tanto carece o ensino”. Mas essa proposta também não encontrou eco. (FÁVERO, 2000, p.23-24)

Com relação à formação dos profissionais liberais nesse momento, Azevedo (1996) argumenta que:

As escolas superiores com seu predomínio quase que absoluto no sistema de educação e com o caráter enciclopédico de seu ensino, contribuía de sua parte para deslocar o indivíduo das ocupações habituais de seu meio, urbano ou rural, desarticulando-o das realidades econômicas da vida nacional e atirando-o pela porta das profissões liberais, tanto à burocracia como ao profissionalismo político. (AZEVEDO, 1996, p. 567)



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

Nesse período, a tradição brasileira de formação em nível superior limitou-se principalmente as Escolas de Medicina, Obstetrícia, Odontologia, Farmácia, Direito e Engenharia. Até o momento não existiam instituições superiores com cursos voltados para a formação do magistério, sendo que a formação dos professores era garantida mediante cursos a “nível médio” oferecido pelas Escolas Normais.

Diante dessa afirmação, Chagas alega que:

A formação do magistério em nível superior é conquista recente na história educacional brasileira pós-jesuítica. De fins do século XIX até os anos 30, como coroamento pouco expressivo de uma campanha que povoou todo o período imperial, o que tivemos foi uma “escola normal” destinada a preparar os professores “de primeiras letras”: um curso geralmente de três anos que se assentava sobre um ensino primário inexistente como escolarização regular e sistemática (1976, p. 57).

Somente a partir do século XX surgem as primeiras instituições com o intuito de formar professores em nível superior. Anterior a este período, algumas tentativas de criação dessas unidades aconteceram sem sucesso, sendo um dos primeiros exemplos o Curso Superior da Escola Normal de São Paulo, instituído em 1892 por meio da Lei nº. 88. Esse curso tinha dois anos de duração e formava professores para as escolas normais e ginásios. (Cf. REIS FILHO, 1995)

Posteriormente, coube a Ordem dos Beneditinos de São Paulo a criação da primeira Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com o Instituto Superior de Educação em anexo. Esse processo surgiu entre 1900-1901 e resultou na criação da primeira Universidade Católica do Brasil que funcionou durante seis anos, a partir de 1908, no Seminário Arquidiocesano de São Paulo. No entanto, a universidade foi logo





ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

fechada em decorrência da dispersão dos professores estrangeiros como consequência da Primeira Guerra Mundial.

Com a mesma origem e o mesmo destino das instituições supramencionadas foram criadas outras universidades brasileiras: a Universidade de Manaus (em 1909), a Universidade Particular de São Paulo (em 1911) e a Universidade do Paraná (em 1912). A pioneira foi extinta em 1926, a segunda dissolvida em 1917 e a última proibida por conta de resolução que vedava faculdades em cidades com menos de 100 mil habitantes (Cf. CUNHA, 2000).

No entanto, a primeira universidade brasileira criada legalmente pelo Governo Federal e que vai ostentar uma existência duradoura é a Universidade do Rio de Janeiro instituído em 1920. Essa instituição incorporou as faculdades isoladas já existentes de Medicina, Engenharia e Direito. Sobre a criação dessa universidade comenta Teixeira (1989):

Somente em 1920, a República dá o nome de universidade às escolas profissionais superiores que havia no Rio de Janeiro. O Brasil conservava a posição de defender uma educação superior de tipo utilitário e restrito às profissões, esquecendo-se de sua função de formadora de cultura nacional e da cultura científica chamada pura ou “desinteressada” (TEIXEIRA, 1989, p. 84-85).

Portanto, diante do que foi analisado pode-se constatar que no Brasil o ensino superior surgiu ainda no período colonial, contrariando as informações divulgadas por alguns estudiosos da História da Educação, os quais afirmam que esse nível de ensino só surgiu no Brasil em 1920, após a criação da Universidade do Rio de Janeiro.

Para tanto não se pode desconsiderar as necessidades sociais do período analisado, apesar dos cursos eclesiásticos existirem nesse período, eles não atendia às necessidades da elite do período, prova disso é que a Universidade de Coimbra irá



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

receber nesse período diversos filhos de portugueses nascidos no Brasil, para adquirir formação, diferente daquela oferecida pela igreja.

Portanto não se pode desconsiderar nessa discussão o marco que foi a chegada da Família Real na promoção das primeiras instituições de ensino superior no Brasil, mesmo que tenham tido um papel de atender ao Império tanto no que tange a administração na colônia, quanto na defesa do território. Apesar desse papel emergencial de construção dessas instituições no Brasil, é a partir delas que o Ensino Superior ganha força no Brasil.

### REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Fernando de. As origens das instituições escolares. In: A cultura brasileira. Parte III – **A transmissão da cultura**. 6<sup>o</sup>. Ed. Brasília: Editora UNB, 1996. p. 545-601.
- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal**: família e sociedade (São João del Rei – Séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.
- CUNHA L. A. **A universidade temporã**: O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CHAGAS, Valnir. **Formação do magistério**: novo sistema. São Paulo: Atlas, 1976
- FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade do Brasil**: Das Origens à Construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Universidade e poder**, 2<sup>o</sup> edição. Brasília: Plano. 2000.
- HILSDORF, Maria Lúcia S. **História da Educação Brasileira**: leituras. São Paulo: Thomson, 2002.
- LE GOFF, Jaques. História. In: **História e Memória**. 5 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003. P. 17-171.
- LOPES, José Leite. **Universidade no Brasil**: um histórico e um alerta. In. FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **Universidade do Brasil**: Das Origens à Construção. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/INEP, 2000.



ISSN: 2175-5493

## VIII COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

09 a 11 de setembro de 2009

---

- OLIVEN, Arabela Campos. História da Educação Superior no Brasil. In: SOARES, Maria S. Arrosa. **Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação do aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior, 2002. p 31-42.
- PAIM, Antonio. **A UDF e a idéia de universidade**. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1981.
- REIS-FILHO, C. **A educação e a ilusão liberal**: origens da escola pública paulista, 2<sup>o</sup> edição. Campinas: Autores Associados, 1995.
- SOARES, Maria Susana Arrosa. **A Educação Superior no Brasil**. Editora: UNESCO, Porto Alegre, 2002
- SOARES, Maria Susana Arrosa. **A educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.
- TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil: análise e interpretação de sua evolução até 1969**. Rio de Janeiro: Ed. Da Fundação Getúlio Vargas, 1989.